

REFLEXÕES DO PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DAS RELAÇÕES DESIGUAIS CONTRA A MULHER

Isânia Petrucia Frazão Monteiro(1); Jacqueline Liedja Araújo Silva (2)

UFPB, Especialista em Políticas Públicas de Gênero e Raça. E-mail:tucha26@hotmail.com

2- UFCG, Especialista em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano /2013) e Psicopedagogia (FAIRA - Faculdade Integrada de Araguatins – TO/2016). E-mail: jliedja@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo compreender a temática violência doméstica e familiar contra a mulher, analisando a relevância de se falar sobre gênero em sala de aula, especificadamente refletindo sobre como a instituição escolar pode contribuir através de ações pedagógicas visando uma educação transformadora para que ocorra a (des)construção de papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, este que coloca a mulher em lugar de verticalidade e inferioridade em nossa sociedade, evitando, assim, que ocorra a reprodução da violência doméstica e familiar. O mesmo trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada através de fontes bibliográficas baseadas na Legislação pertinente à temática como a Lei Maria da Penha (2006), O Mapa da Violência (2015) e outros autores como Creswell (2007), Louro (1995), Scott (1990) entre outros. A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de um questionário com perguntas fechadas e abertas a docentes da Rede Municipal de Ensino Fundamental no município de Queimadas-PB. A escola sempre será considerada como um espaço propício para o debate e a abordagem, seja referente a temática de gênero, ou não. Sendo assim, esse estudo justifica a relevância desta pesquisa no campo da educação e das ciências sociais os quais consideram importante analisar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, buscando eliminar todas as formas de violência de gênero, contribuindo para um mundo menos desigual entre homens e mulheres. A partir de entrevistas realizadas com 90 professores da Educação Básica, exceto o ensino médio da Rede Municipal de Educação de Queimadas/PB, com várias análises de abordagens envolvendo Gênero, Transversalidade, Políticas Públicas, entre outras. No diagnóstico foi identificado que há muitas dificuldades dos professores em trabalhar as questões de gênero na escola, 65% dos docentes atribuíram a dificuldade à questões relacionadas ao machismo e ao preconceito ainda presente na sociedade atual, 29% se referiram à falta de capacitação e apenas 6% não quiseram responder. A pesquisa possibilitou a corroboração de que a violência doméstica e familiar é resultante de uma cultura patriarcal e, mesmo em meio às lutas, conquistas e avanços no tocante ao enfrentamento e políticas públicas, os dados referentes a essa problemática ainda são alarmantes e os casos corriqueiramente visíveis de expressão de ódio e comportamentos machistas. Portanto, deve-se pensar em estratégias de superação contra relações destrutivas, visando políticas públicas que estejam relacionadas às questões de gênero e direitos humanos no seu sentido mais amplo.

Palavras-chave: Questão de Gênero, Escola Transformadora, Violência contra a Mulher.

Introdução

Independente de serem brancas ou negras, de baixa escolaridade ou com alto grau de instrução, do campo ou da cidade, da periferia ou não, as mulheres no mundo inteiro enfrentam situações de violência: assédio, humilhações, estupro, proibir de usar um batom, comprar o que gosta, agredir ou matar, são algumas das situações que várias mulheres enfrentam em seu dia a dia.

A violência contra a mulher é democrática e tem devastado não apenas a vida de mulheres, mas de famílias inteiras que estão inseridas nesse contexto. O mapa da violência contra a mulher de 2015 trás dados alarmantes com relação a essa problemática e aponta que “a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País” (WAISELFISZ, 2015, p. 29). De acordo com o estudo, o Brasil fica em 5º lugar no ranking dos países mais violentos onde mais se mata mulheres. Segundo a pesquisa, cabe à escola proporcionar aos seus discentes oportunidade de mudança de comportamentos a partir de ações educativas e afirmativas com objetivo preventivo, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

No ambiente escolar ocorre variadas manifestações favoráveis na construção de valores, hábitos e atitudes com intuito intrinsecamente pedagógico. Este é um espaço transformador para o desenvolvimento de cidadãos críticos, atuantes e pensantes; é, nesse sentido, importante analisar os fatores que podem contribuir para a (des)naturalização do machismo ainda enraizado como fruto do patriarcado.

É pertinente se pensar em ações educativas, nas quais os professores tenham um olhar técnico e humanizado acerca do indivíduo como todo, fazendo uma avaliação do contexto no qual o aluno está inserido, compreendendo este como parte de uma estrutura familiar (micro-sistema) e que em muitos desses núcleos o homem ainda vive em uma relação de poder em detrimento à mulher, fazendo, desse modo, com que seus dependentes reproduzam os resultados desse mal que afeta a sociedade.

Para tanto, é na escola e nas séries iniciais que o professor deve iniciar o processo de introdução à abordagem dessa problemática na tentativa de construção de um mundo melhor para homens e mulheres e ter a preocupação em analisar o reflexo dessa violência no comportamento escolar para com seus colegas de sala e na deficiência de aprendizagem que esse alunado sofre.

Neste sentido, a instituição educacional deve ser um espaço democrático de “[...] responsabilidade de não concorrer para o reforço e o aumento da discriminação e dos preconceitos

[...]”(CLAM/IMS/UERJ, 2009 p.27) e, sim, de oportunidades afetivas, crenças e valores influenciando em seus comportamentos sexuais igualitários.

Considerando o município de Queimadas como um dos mais violentos do Estado da Paraíba, o qual ficou reconhecido nacionalmente como a “Barbárie de Queimadas” no ano de 2012 pelo crime que chocou a população local e demais Estados brasileiros, onde ocorreu um estupro coletivo cometido por dez homens contra cinco mulheres e que ocasionou a morte de duas delas. A escola deve ser vista como um dos principais espaços para trabalhar a (des)construção da cultura machista local em uma perspectiva de mudança de paradigmas, com vista em um futuro menos desigual.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo compreender a temática violência doméstica e familiar contra a mulher, analisando a relevância em abordar questões de gênero na escola, especificadamente na (des)construção de papéis socialmente atribuídos a homens e à mulheres, que coloca a mulher em lugar de verticalidade e inferioridade em nossa sociedade, evitando, assim, que ocorra a reprodução da violência doméstica e familiar.

Metodologia

O presente artigo teve por base bibliográfica o Mapa da Violência (2015) e autores como Creswell (2007), Louro (1995), Scott(1990), entre outros. Esta pesquisa tem um caráter qualitativo, que, segundo Creswell (2007, p.184 e 188), “se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação”.

A coleta de dados foi feita por meio de aplicação de questionários, com perguntas fechadas e abertas a docentes da Rede Municipal de Queimadas-PB. Para obter os resultados da pesquisa foram entrevistados noventa professores do ensino infantil, fundamental I e II, refletindo sobre como a Cultura do machismo se apresenta no discurso dos alunos, a Importância de Trabalhar Gênero na Sala de Aula, as Dificuldades de Trabalhar as Questões de Gênero e as Ações das unidades escolares para o enfrentamento da (des)construção do machismo.

Resultados e Discussão

O conceito de gênero surge para os teóricos das ciências sociais visando compreender as desigualdades existentes entre homens e mulheres, além de investigar a necessidade de se ter uma categoria de análise forte, que se contraponha com outros referenciais teóricos, possibilitando compreender a luta dos movimentos de mulheres na academia por essa categoria.

Gênero no seu sentido mais amplo nos leva à reflexão além dos fatores biológicos constituindo-se como construções sociais de papéis atribuídos em sociedade ao longo da história, sendo entendido, por conseguinte, como a composição social da relação entre os sexos, elegendo o caráter relacional entre mulheres e homens.

Tal análise é definida e esclarecida, segundo LOURO (1995, p.103):

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico [...]; como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja etc. são “genereficadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero).

Entender a visão de gênero da forma como se concede à construção das feminilidades contraposta às masculinidades na perspectiva da lógica dos opostos binários, a esses fatores necessita-se uma visão acerca das características que se apresentam e devem ser estudadas de forma concomitante.

Em consonância a essa realidade, as relações de gênero em seu processo de construção visam os procedimentos históricos de diferenciação, ou seja, a forma como a sociedade vem se organizando e reorganizando a partir dos conceitos ao longo de sua existência. Segundo Scott (1961, p.1) “nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais – as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”.

Existe uma evidência na mudança estabelecida em relação à desigualdade entre homens e mulheres na sociedade atual; logo, esses fatores explicam as questões de como a mulher passa a alcançar o espaço público, que outrora sempre lhe foi negado. Ao homem era dado o lugar de detentor do poder, inferiorizando a mulher desde a dominação do seu corpo até as tomadas de decisões, seja pra com os filhos(as), ou com a casa, tirando-lhe a autonomia.

Neste sentido, para entender as perspectivas desafiadoras sobre o assunto e o olhar dos professores que fizeram parte das entrevistas, totalizando 90 docentes, foi investigado se eles compreendem o conceito de Gênero (FIG. 1) e verificou-se que 59% dos entrevistados conceitua com base em fontes da internet, 26% não tem entendimento do que seja gênero e 15% conceitua corretamente.

Ao questionar se os professores acham importante trabalhar as questões de gênero, identificou-se que 94% consideram de extrema relevância trabalhar as questões de gênero em sala de aula, admitindo ser uma oportunidade de propagar informações e diminuir as desigualdades,

apenas 6% informaram que não consideram como significativo trabalhar essa problemática nas escolas, logo, justificam suas respostas fundamentados nos princípios religiosos e na educação doméstica.

Quando interrogados sobre as dificuldades em trabalhar as questões de gênero na escola (FIG. 2) e diante de uma lista de respostas, 65% dos entrevistados atribuíram a dificuldade à questões relacionadas ao machismo e ao preconceito, ainda presente na sociedade atual. 29% se referiram a falta de capacitação e entendimento para trabalhar as informações em sala de aula e apenas 6% não quiseram responder.

Sabe-se que as dificuldades enfrentadas por docentes em trabalhar a problemática requer um olhar em sua totalidade; e, muitas vezes, é a formação familiar e profissional que esse docente recebeu ao longo de sua vida que dificulta tal abordagem em suas práticas diárias. Por exemplo, no caso da violência doméstica, é necessário entender que muitas vezes o profissional pode até ter sido vítima no ambiente doméstico ao presenciar a genitora sendo agredida e por essa razão pode não perceber o problema como grave, que faz parte de uma estrutura na complexidade referente aos problemas culturais, sociais e de saúde pública. A violência doméstica é invisibilizada. Da forma mais sutil e perversa, muitas mulheres no mundo inteiro sofrem historicamente os reflexos desse mal, por se tratar de um(a) agressor(a) do próprio ambiente familiar.

O movimento de mulheres em sua totalidade traz uma abordagem acerca da importância da Lei Nº 11.340/2006 como uma das maiores conquistas das mulheres no tocante ao enfrentamento a violência doméstica, mesmo sendo identificado pelo próprio movimento, que após onze anos dessa conquista, ainda se faz necessário pensar nos avanços e desafios para que a Lei Maria da Penha seja de fato aplicada. Na qual no seu Art. 1º afirma o objetivo Legislativo:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, existe ainda a compreensão de um enfoque da problemática nos variados espaços, sendo o ambiente escolar um dos propícios a iniciação desses conhecimentos e informações, visto que antes deve existir uma preparação para os docentes nas variadas áreas de atuação para se trabalhar ações pedagógicas com vista na desnaturalização de comportamentos

violentos machistas e mudanças de paradigmas na construção de uma sociedade não tolerante à violência contra a mulher.

Uma das questões investigadas junto com os professores foi sobre a cultura do machismo (FIG. 3), se os professores identificam nos alunos esta cultura, segundo informações 21% dos professores responderam que atribuíam os relatos a educação doméstica, ou seja, a forma como foram educados diz muito do comportamento dos seus pais no ambiente doméstico. 64% atribuem esse fator ao machismo existente em sociedade e que costumeiramente são reproduzidos, enquanto 15% não consegue identificar esse reflexo machista nos discursos de seus discentes.

Observando o contexto de nossa história, somos instigados a pensar como somos marcados pela eliminação simbólica do “outro”. É nesse contexto que a mulher foi considerada como minoria e invisibilizada durante muitos anos, até negando sua própria existência de acordo com o processo civilizatório. É chegado o momento de reconhecer essa categoria a partir da igualdade de direitos e busca de reconhecimento através de ações pedagógicas pautadas em discursos que visem a representatividade das mulheres, seja no espaço público ou privado.

No que tange o sistema educacional, conforme deve ser os interesses do mesmo, esse mecanismo deve acompanhar os processos de mudanças a partir dos avanços da sociedade e se tornar um ambiente com práticas inclusivas, menos desigual e equânime. À escola, cabe a responsabilidade de repensar e desenvolver ações educativas de forma integral, de maneira que a aprendizagem seja significativa, que possa ofertar aos discentes a oportunidade de (des) construção do que foi imposto pela sociedade, deixando de ser vista no viés individualista, passando a ser compreendida na perspectiva do coletivo.

Conectar os temas com a realidade vivenciada por alunos em seu dia a dia é de extrema necessidade para que sejam alcançados os objetivos referentes a transformação, assim o docente estará contemplando uma educação transformadora, em que o seu alunado faça parte do processo ensino-aprendizagem, como instrumento e parte dessa construção.

Quando questionados sobre as ações desenvolvidas na escola (FIG. 4) na busca da desconstrução do machismo, 67% dos professores informaram que realizam atividades como rodas de conversas e debates (sendo esses professores do ensino fundamental I e II), 5% responderam que desenvolvem atividades que envolvem dinâmicas, buscando envolver os alunos e levando-os a reflexão da problemática, mesmo estes sendo da educação infantil, consideraram como relevante e 28% informaram que não realizam nenhuma atividade relacionada a temática.

Cabe a escola tornar esse ambiente propício à construção do pensamento crítico, reativando seus interesses a partir dos objetivos e metas a serem cumpridos, reelaborando conhecimentos socialmente produzidos, estes relacionados aos aspectos culturais, históricos que envolva principalmente as questões referentes à afetividade, cognição e (des)construção da cultura machista e patriarcal.

A lei 11.340/2006 é considerada uma das maiores conquistas no enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher, fruto da luta do movimento de mulheres, considerada como uma lei de gênero e a terceira melhor lei do mundo, tem por objetivo responsabilizar o(a) agressor(a) que comete a violência no âmbito da relação doméstica e traz a tipificação dos cinco tipos de violência: psicológica, moral, patrimonial, sexual e física.

Para tanto é na escola e nas séries iniciais que o professor deve iniciar o processo de introdução à abordagem dessa problemática na tentativa da construção de um mundo melhor para homens e mulheres e ter a preocupação em analisar, a partir do diagnóstico escolar, o reflexo dessa violência no comportamento dos discentes para com seus colegas de sala e na deficiência de aprendizagem que esse alunado sofre em virtude dos conflitos no âmbito doméstico.

A intervenção do professor diante da questão de gênero é mencionada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que “[...] muitas vezes o professor é chamado a intervir nesses conflitos ao mesmo tempo em que pode propor situações de trabalho em conjunto como estratégia de facilitação das relações entre meninos e meninas” (BRASIL, 1998, p.122).

Como mencionado anteriormente, o município de Queimadas (PB) ficou reconhecido nacionalmente no ano de 2012 pelo crime que chocou a população local e demais estados brasileiros, conhecido como a “Barbárie de Queimadas” e a partir desse fato o município deve pensar em ações que possibilitem o repensar e ações contra toda a cultura do machismo. Sabe-se que a escola pode ser uma grande aliada nessa transformação e é necessário capacitar os professores para trabalhar assuntos como a questão de gênero, violência doméstica contra a mulher e conhecer as políticas públicas voltadas para essa demanda, a nível municipal, estadual e nacional.

Ao perguntar aos educadores se estes consideram importante trabalhar ações no âmbito escolar que possibilitem reduzir a desigualdade entre homens e mulheres, 99% informaram que sim e justificaram que sentiam o impacto dessa cultura machista nos discursos e comportamento dos alunos diante dos colegas dentro de sala de aula e o 1% justificou sua resposta baseada nos princípios religiosos.

Na visão de Albernaz e Longhi (2009 p.89) afirma-se que:

[...] transformar as relações de gênero é algo que vai muito além do que juntar meninos e meninas nos trabalhos escolares ou dar o mesmo presente a meninos e meninas no dia das crianças. Não é uma mudança apenas racional, pois mexe com as emoções, com relações investidas de afeto, além de incidir nas estruturas institucionais.

No Estado da Paraíba há uma atuação significativa na defesa das igualdades das questões feministas, por exemplo, no ano de 2017, a Secretaria de Educação Estadual lançou uma cartilha para professores da Rede Estadual de Ensino de nome: “Cartilha Pedagógica: Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres”, em parceria com outras secretarias, esta teve por objetivo sensibilizar e orientar os professores através de propostas pedagógicas para trabalhar a temática e como lidar com situações que envolvem o contexto da violência doméstica e familiar contra mulher em sala de aula, por sua vez esta cartilha mostra que a temática será abordada com o intuito de não mais permitir que os estudantes naturalizem comportamentos violentos no âmbito escolar por desconhecerem informações e conhecimentos referentes a problemática.

Ao questionar se os docentes conhecem as Políticas Públicas voltadas ao atendimento às mulheres no Município (FIG. 5), verifica que 47% informaram que conhecem alguma das políticas e destaca uma delas, entre Núcleo de Atendimento a Mulher da Delegacia, ou Hospital e Gerência de Gênero e Proteção a Mulher. 49% o maior percentual, informou que não conhecem nenhuma política voltada ao atendimento à mulher local e 4% não informaram, ou não quiseram informar.

Ao serem indagados em relação a proposta na melhoria das políticas públicas direcionadas ao atendimento as mulheres (FIG. 6), 17% informaram cobrar mais rigor da lei, destacando a vulnerabilidade na aplicabilidade desta, 72% responderam divulgar mais sobre os locais de atendimentos para que essas informações chegue até as mulheres que precisam de ajuda, 8% destacaram a importância da ampliação do número de Delegacias de Atendimento a Mulher (DEAM) e 3% destacaram a importância em unir esforços para que se obtenham um mundo melhor para homens e mulheres.

Figura 1: Gênero e percepção dos docentes (Queimadas/PB - Julho de 2017)

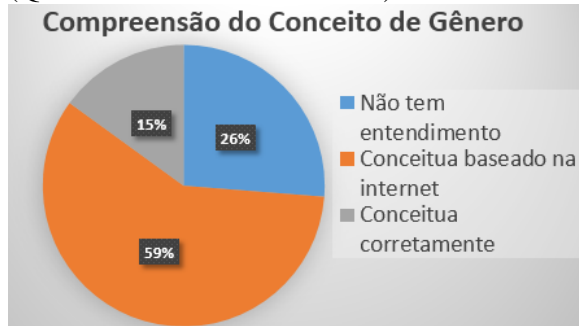


Figura 2: Dificuldades dos docentes (Queimadas/PB - Julho de 2017)



Figura 3: Olhar dos professores na Cultura do Machismo no comportamento dos alunos (Queimadas/PB - Julho de 2017)

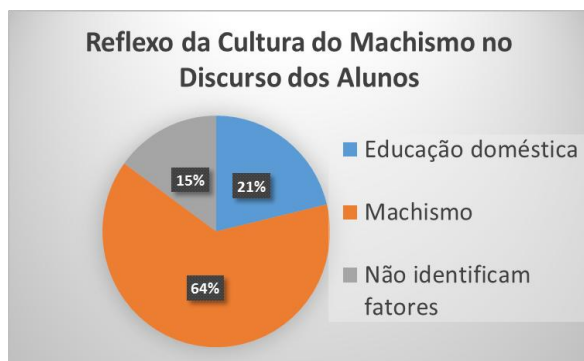


Figura 4: As atitudes da Escola na desconstrução do Machismo (Queimadas/PB - Julho de 2017)

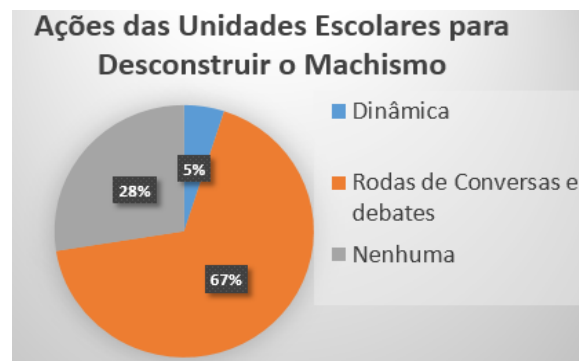


Figura 5: O conhecimento dos docentes em relação as políticas públicas para a mulher (Queimadas/PB-Julhode20172017)



Figura 6: Propostas dos docentes para a melhoria de políticas públicas para a mulher (Queimadas/PB - Julho de 2017)



Conclusões

Diante da análise dos questionários encontra-se a dificuldade enfrentada pelos professores em trabalhar a temática de Gênero por não ter preparo, necessitando, assim, de capacitações e

formações continuadas. Por outro viés, também pôde ser constatado que alguns dos docentes não querem sair de sua zona de conforto em busca de conhecimentos e mudanças na forma de lecionar, por não ter tanto interesse na profissão e, sim, por estarem naquele lugar por questões meramente econômicas.

Em consonância a essa realidade, a temática de gênero precisa estar inserida no Plano Municipal da Educação, assim como nos projetos políticos pedagógicos das escolas e nos currículos escolares; nos quais escola, comunidade, secretárias municipais possam dialogar sobre a problemática vendo como um problema não só cultural, mas de saúde, social e de segurança pública, para que, dessa forma, possam ser realizadas palestras, reuniões de pais, rodas de conversa em sala de aula, saberes, grupos de mulheres, gestantes, idosas, com o propósito de desnaturalizar a ideia do machismo que tem sido disseminada como algo normal que atravessa séculos.

Sendo assim, é necessário que os discursos referentes à violência de gênero, violência doméstica e familiar contra a mulher, em sala de aula, possam se caracterizar na diminuição da desconstrução do machismo e diminuição das estatísticas de crimes cometidos contra mulheres em decorrência das questões de gênero. Portanto, deve-se pensar em estratégias de superação contra relações destrutivas, visando políticas públicas que estejam relacionadas às questões de gênero e direitos humanos no seu sentido mais amplo.

Referências

ALBERNAZ, L. S; LONGHI, M. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, P; LEWIS, L; QUADROS, M. T. de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 75-95.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.

_____. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2006.

CLAM/IMS/UERJ. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/ES em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Caderno de atividades. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 2ª Edição. 2007.

LOURO, G. L. **Produzindo Sujeitos Masculinos e Cristãos**. In: VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Crítica Pós-estruturalista a Educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise.** In: *Educação e Realidade*. v. 6 no. 2: Porto Alegre, 1990.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil.** 1ª Edição: Brasília – DF, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso: 10/09/2017.